

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso (extracto) n.º 18413/2009

Concurso interno de ingresso para o preenchimento de um posto de trabalho na categoria de especialista de informática de grau 2, nível 2

Por não ter sido publicitado em jornal de expansão nacional, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por extracto, o Aviso publicado no D.R. 2.ª série, n.º 188, de 28 de Setembro, é prorrogado o prazo das candidaturas por mais 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso.

13 de Outubro de 2009. — A Directora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

202430789

Aviso (extracto) n.º 18414/2009

Concurso interno de ingresso para admissão a estágio de um Especialista de Informática

Por não ter sido publicitado em jornal de expansão nacional, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por extracto, o Aviso publicado no D.R. 2.ª série, n.º 188, de 28 de Setembro, é prorrogado o prazo das candidaturas por mais 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso.

13 de Outubro de 2009. — A Directora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

202430545

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 23038/2009

A promoção de políticas de qualificação inclusivas como forma de combate ao insucesso escolar e de promoção da sustentabilidade futura de emprego constitui um imperativo do Estado, particularmente no caso dos jovens a quem foi aplicada a medida de internamento em centros educativos do Ministério da Justiça.

Desde a entrada em vigor da Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, com vista a garantir a prossecução dos objectivos acima definidos, os Ministérios da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação têm encetado diversas iniciativas nas áreas da educação e formação profissional para os jovens integrados em centros educativos, com o intuito de adequar as respostas às suas necessidades educativas e de lhes garantir uma qualificação que sustente a sua inserção social, designadamente no mercado de trabalho.

Considerando as alterações que nos últimos anos têm vindo a ser introduzidas nos sistemas de educação e formação profissional, orientadas nomeadamente pelos princípios da diversificação e flexibilização das ofertas educativas e formativas e da aposta em formações creditáveis e certificáveis, conducentes à promoção e elevação dos níveis de qualificação da população, importa rever o enquadramento das ofertas de educação e formação para os jovens integrados em centros educativos estabelecido pelo despacho conjunto n.º 998/2003, de 27 de Outubro.

Neste sentido, visando melhorar a qualificação e integração sócio-profissional de grupos com particulares dificuldades de inserção, como é o caso dos jovens a quem foi aplicada a medida de internamento, e considerando o disposto na Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, e no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro, determina-se o seguinte:

1 — Aos jovens a cumprirem medida de internamento nos centros educativos da Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS) é assegurada a educação e formação profissional através das modalidades educativas e formativas da responsabilidade dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação.

2 — São consideradas, para este efeito, como modalidades educativas e formativas as constantes no Sistema Nacional de Qualificações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.

2.1 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem ser autorizadas outras modalidades de educação e formação desde que, comprovadamente, se revelem de maior interesse para o jovem e sejam adequadas ao seu projecto educativo pessoal.

3 — Verificada a admissão do jovem no centro educativo, a DGRS solicita, de imediato, o processo à escola de origem que, em tempo útil, deve facultar informação detalhada sobre o seu percurso escolar.

4 — Cabe à equipa técnico-pedagógica do centro educativo, em articulação com a entidade formadora, avaliar o perfil do jovem e identificar a oferta de educação e formação mais adequada.

5 — A transferência entre cursos é permitida a qualquer momento, quando dela resultem vantagens significativas para o percurso formativo do jovem ou em caso de transferência entre centros educativos, excepto se se tornar inviável a conclusão do percurso educativo e formativo.

6 — De acordo com o projecto educativo pessoal do jovem, o seu regime de internamento e a modalidade de educação e formação aplicada, compete às entidades promotoras, nomeadamente o Centro Protocolar de Formação para o Sector da Justiça, assegurar, em conformidade com a legislação aplicável, entre outros:

- a) O planeamento e a organização dos cursos;
- b) A gestão dos recursos humanos e físicos;
- c) Os procedimentos relativos à avaliação e certificação das aprendizagens;
- d) Os procedimentos relativos a pedidos de autorização de funcionamento dos cursos, quando aplicável;
- e) A apresentação de candidaturas a eventual financiamento;
- f) A organização e disponibilização de toda a informação necessária para os processos de acompanhamento e controlo por parte das entidades competentes.

7 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a DGRS recorrer directamente a outras entidades promotoras e formadoras, devidamente certificadas pelos serviços competentes, em função do local e momento, de modo a poder responder às necessidades específicas e urgentes de formação.

8 — A organização curricular e o desenvolvimento das ofertas educativas e formativas, bem como a avaliação e a certificação escolar dos jovens, competem à entidade formadora que assegura a oferta educativa e formativa em causa, de acordo com as disposições legais vigentes para cada nível e modalidade de ensino ou formação.

9 — Os grupos de formação não podem ser inferiores a cinco formandos, salvo situações excepcionais particularmente relacionadas com a separação dos regimes de internamento dos centros educativos.

10 — Nas ofertas educativas e formativas em que a formação prática em contexto de trabalho tem carácter obrigatório, esta pode ser ministrada enquanto prática simulada sempre que os jovens não possam sair do centro educativo por imposição legal no âmbito da execução da medida de internamento.

11 — Os jovens que durante a frequência do percurso educativo e formativo apresentem mais dias de faltas, justificadas ou injustificadas, do que as que estão previstas no normativo legal que rege a modalidade formativa serão objecto de avaliação pelo conselho pedagógico do centro educativo que, ouvida a respectiva equipa formativa, decidirá pela sua manutenção no percurso educativo e formativo ou a sua integração num outro compatível com a sua situação.

12 — Aos jovens que cessem a medida tutelar educativa de internamento antes de terminarem o percurso educativo e formativo, o centro educativo deve assegurar a continuidade do ingresso em percurso da mesma modalidade formativa nas ofertas de educação e formação disponíveis na comunidade.

13 — O jovem sujeito a regime de internamento que permita a frequência de oferta educativa e formativa fora do centro educativo pode matricular-se ou inscrever-se num estabelecimento de ensino ou num centro de formação profissional, em qualquer momento do ano lectivo.

14 — A oferta educativa e formativa desenvolvida nos centros educativos pode ser assegurada por formadores detentores de certificado de aptidão pedagógica, bem como por professores que exercem funções nos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação.

15 — No caso de a oferta educativa e formativa ser assegurada por docentes do Ministério da Educação, deve a DGRS celebrar acordos de cooperação com os agrupamentos de escolas ou com escolas não agrupadas da respectiva área geográfica, que se designam de escolas associadas.

15.1 — No caso de a escola associada não dispor de docentes do quadro para leccionar determinada disciplina ou área técnica, o recrutamento dos professores é efectuado por esta, nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro.

16 — Na distribuição de serviço docente, o director da escola associada deve atribuir os horários de trabalho nos centros educativos aos professores do quadro do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada com um perfil de competências adequado aos percursos educativos e formativos e aos projectos educativos pessoais dos jovens.

17 — Os horários fixados abrangem as actividades lectivas e não lectivas de estabelecimento, incluindo nestas, nomeadamente, o tempo para a realização de diagnósticos e planos de recuperação, bem como

para a participação em reuniões previstas no regulamento interno do centro educativo.

18 — Os horários dos docentes que exercem funções nos centros educativos obedecem ao disposto no Estatuto da Carreira Docente.

19 — Na elaboração dos horários e na sua atribuição aos docentes nos centros educativos deve o director da escola associada, sempre que considere necessário, obter a colaboração daqueles centros educativos.

20 — Os docentes que exercem as suas funções nos centros educativos são avaliados nos mesmos termos que os restantes professores do agrupamento de escola ou escola não agrupada a cujo quadro pertencem.

21 — Para o ano lectivo de 2009-2010, excepcionalmente, a colocação dos docentes pode ainda fazer-se por destacamento, nos termos do despacho n.º 13399/2009, de 8 de Junho (2.ª série), do Secretário de Estado da Educação.

22 — É revogado o despacho conjunto n.º 998/2003, de 27 de Outubro.

9 de Outubro de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

202423677

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Instituto Geográfico Português

Aviso n.º 18415/2009

Por efeito de alteração ao contrato de sociedade registada em 25 de Agosto de 2009, a empresa LUSOCARTA — Cartografia, Topografia e Cadastro, L.^{da}, licenciada para o exercício de actividades no domínio do Cadastro Predial pelo Alvará n.º 03/2009 CD, válido até 25 de Maio de 2014, mudou a sede social para a Travessa da Narcisa, n.º 1, Escritório H, 2640-511 Mafra.

2 de Outubro de 2009. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira*.

302406545

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23039/2009

A REN — Gasodutos, S. A., com sede na Estrada Nacional n.º 116, Vila de Rei, 2674-505 Bucelas, requereu ao Ministro da Economia e da Inovação, na qualidade de titular da concessão de serviço público de transporte de gás natural em alta pressão, a declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno identificadas no mapa em anexo, que faz parte integrante deste despacho, sitas na freguesia de Covelas, concelho de Trofa.

A expropriação destas parcelas tem por finalidade a implantação da estação JCT 4 120, no cancelho de Trofa, que faz parte das infra-estruturas do ramal industrial de Leça.

No requerimento, a REN — Gasodutos, S. A., refere que a urgência da expropriação é essencial para cumprimento de prazos de execução das infra-estruturas do gasoduto e da sua entrada em exploração, salientando não ter sido possível adquirir as parcelas em causa por via do direito privado, embora tenham sido desenvolvidos todos os esforços nesse sentido.

Nestes termos:

Considerando a utilidade pública das infra-estruturas a construir, as quais integram o projecto base do gasoduto do 1.º escalão, denominado por ramal industrial de Leça, aprovado pelo despacho n.º 1642/2008, de 19 de Dezembro de 2007, do Ministro da Economia e da Inovação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 15 de Janeiro de 2008:

Considerando que o pedido se encontra correctamente instruído,

Considerando que, nos termos conjugados do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro, e dos artigos 14.º e 15.º do Código das Expropriações, é da competência do Ministro da Economia e da Inovação a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas destinadas à implantação das infra-estruturas da referida concessão:

Declaro, atribuindo-lhe caráter de urgência nos termos do artigo 15.º do Código das Expropriações, a utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno constantes da planta e do mapa, que contém os elementos da inscrição matricular e o nome dos respectivos titulares, em anexo a este despacho e do qual fazem parte integrante, conferindo à expropriante REN — Gasodutos, S. A., a sua imediata posse administrativa.

Os encargos com a expropriação em causa são suportados pela REN — Gasodutos, S. A.

11 de Setembro de 2009. — O Ministro da Economia e da Inovação,
Fernando Teixeira dos Santos.

